

Procura-se resgatar uma promessa

No pacote fiscal de novembro do ano passado, em resposta à crise dos países do Sudeste Asiático, o governo tomou dois grupos de medidas. O primeiro consistiu em um aumento generalizado de impostos, onerando sensivelmente o setor produtivo. A contrapartida desse arrocho seria um corte também considerável sobre as despesas do governo.

Pode-se dizer que a primeira parte funcionou, em termos. Apesar do crescimento praticamente nulo do produto real no primeiro semestre deste ano, a arrecadação federal bateu recordes. O mesmo não se verificou com relação aos estados, cuja principal fonte de receita, o ICMS, é estreitamente ligada ao movimento dos negócios. Pode-se argumentar que, se o governo tivesse aumentado menos a parcela federal da carga tributária e a economia tivesse mais espaço para crescer, a receita de impostos, nos três níveis de governo, poderia ter sido, aproximadamente, igual.

De qualquer forma, os números quanto ao déficit público estão aí para demonstrar, sem sombra de dúvida, que o segundo grupo de medidas – aquelas destinadas à redução dos gastos públicos – ficou muito longe da meta fixada. Duas são as causas básicas: como medida de defesa, o governo, em outubro de 1997, elevou a taxa básica de juros para nada menos do que 43,2%. É verdade que, já a partir de dezembro, a Taxa Básica do Banco Central (TBC) vinha caindo, mas só dez meses depois ela retornou a um nível próximo de outubro de 1997.

Essa falta de ousadia das autoridades monetárias custou alguns bilhões de reais, que agravaram sensivelmente o déficit público, já muito pressionado pelo déficit previdenciário.

Paralelamente, o governo negociau as dívidas dos governos estaduais, mas não o fez em condições capazes de permitir um ordenamento das contas públicas, inexistindo um entendimento político

O governo tem de fazer agora o que não conseguiu com o pacote de novembro do ano passado

para encaminhamento de uma reforma tributária efetiva. A queda das receitas do ICMS, agravada pela chamada Lei Kandir, veio tornar esse problema ainda mais complexo.

Agora, em face das turbulências do mercado internacional, o governo federal propõe-se cumprir a parte que deixou de fazer para controle do déficit público. Como anunciou o ministro da Fazenda Pedro Malan, o governo deve realizar um corte de R\$ 4 bilhões em suas despesas até o fim do ano, de modo a apresentar um superávit primário (no qual não é computado o déficit de juros) de US\$ 5 bilhões neste exercício. Para 1999, foi fixada a meta de um superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, estabelecendo limites rígidos para despesas correntes.

Os incrédulos têm razão para duvidar de que essas metas sejam cumpridas. Mas há fatos que fazem crer que o governo dará prioridade, de agora

em diante, à redução do déficit público, que é apontado como a principal debilidade estrutural da economia brasileira. Um desses fatos é a criação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), com a atribuição de fiscalizar os gastos, de modo a permitir o alcance das metas e propor medidas quando desvios forem observados. Só a prática dirá se a CCF pode ou não vir a operar realmente como uma auditoria dentro do governo, mas a idéia de instituição do órgão é significativa.

Medida interligada é a apresentação, prevista na MP que será enviada ao Congresso, de um programa de ajuste fiscal para o triênio 1999-2001. Ninguém se ilude quanto à possibilidade de eliminar o déficit público no conceito nominal, que inclui as despesas de juros, em curto espaço de tempo. Será preciso um esforço determinado, abrangendo uma reforma fiscal-tributária digna desse nome, para que o déficit nominal possa baixar para um nível inferior a 3% do PIB em três anos.

Isso será impossível, todavia, com juros elevíssimos onerando a dívida pública, que deve permanecer muito vultosa mesmo com a utilização de receitas da privatização para reduzi-la. Compreende-se que, em um período como este, os juros tenham sido elevados de 19 para 29,75% até 30 de setembro. Esperamos que o governo mantenha esse prazo. O País não pode correr o risco da volta de uma política de juros absurdos, que, combinada com uma política de sobrecarga de impostos, sufoca o crescimento econômico. ■